

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Bacharelado em Turismo

TURISMO E PESCA ESPORTIVA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
BIBLIOGRÁFICO

MIGUEL ANGELO MALDONADO ROSA

Orientador: Prof. Ms. Helerson de Almeida Balderramas

Bauru, junho de 2007

MIGUEL ANGELO MALDONADO ROSA

**TURISMO E PESCA ESPORTIVA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
BIBLIOGRÁFICO**

MIGUEL ANGELO MALDONADO ROSA

Orientador: Prof. Ms. Helerson de Almeida Balderramas

**Monografia de conclusão do
curso apresentada para obtenção
do grau de Bacharel em Turismo**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pessoas maravilhosas a quem devo tudo que sou.

Aos professores por terem repartido comigo e com meus colegas seus conhecimentos e que muito contribuíram para nossa formação acadêmica.

Ao Prof. Ms. Helerson de Almeida Balderramas pela dedicação e o carinho com que me conduziu até esta etapa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 - TURISMO.....	11
1.1 Abordagem Conceitual	11
1.2 Origem e Evolução	12
1.3 Turismo no Brasil e no Mundo na Atualidade	17
CAPÍTULO 2 - PESCA ESPORTIVA.....	23
2.1 Definição	23
2.2 Legislação	24
2.3 Pesca esportiva e Incremento ao Turismo	25
2.4 Pesca esportiva e o Equilíbrio Ambiental	29
2.5 Pesca Esportiva e os Pesque-Pague	30
CAPÍTULO 3 - TURISMO, PESCA ESPORTIVA E DESENVOLVIMENTO	39
SUSTENTÁVEL	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é o turismo e a pesca esportiva, com desdobramento para a relação entre eles e o desenvolvimento sustentável. Uma das definições de turismo é que são as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros. A pesca esportiva é a que se pratica com linha de mão ou aparelho permitido pela autoridade competente, desde que não importe em atividade comercial. Com o crescimento do turismo cresce igualmente a preocupação com o seu impacto sobre o meio ambiente. Este estudo objetiva analisar o turismo e suas características gerais e específicas; a pesca esportiva e de que maneira ambos estão relacionados ao desenvolvimento sustentável dos municípios e regiões onde são fontes geradoras de empregos diretos e indiretos, entre outros benefícios.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável, economia, lazer, pesca esportiva, turismo.

ABSTRACT

The object of study of this work is the tourism and it fishes it esportiva, with unfolding for the relation between them and the sustainable development. One of the tourism definitions is that they are the activities that the people carry through during its trips and permanence in distinct places of that they live, for a period of inferior time to one year consecutive, with ends of leisure, businesses and others. It fishes it esportiva is the one that if practises with line of hand or device allowed for the competent authority, since that does not matter in commercial activity. With the growth of the tourism the concern with its impact grows equally on the environment. This objective study to analyze the tourism and its general and specific characteristics; it fishes it esportiva and how both are related to the sustainable development of the cities and regions where they are generating sources of jobs indirect right-handers and, among others benefits.

KEYWORDS: sustainable development, economy, leisure, fish esportiva, tourism.

.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é o turismo e a pesca esportiva, com desdobramento para a relação entre eles e o desenvolvimento sustentável.

Embora não haja uma definição única do que seja Turismo, as Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo o definem como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros".

No entanto, segundo Dutra (2003) a OMT (Organização Mundial de Turismo) define turismo como sendo as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo superior a 24 horas e inferior a 90 dias, com fins de lazer, negócios e outros.

Turista é um visitante que desloca-se voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem, este ter por motivação, a obtenção de lucro.

O potencial turístico do Brasil é muito grande. No entanto, ainda não somos uma potência turística. No ranking da Organização Mundial do Turismo (2000), o Brasil ocupa apenas o 29º lugar, muito pouco para quem tem um dos maiores potenciais turísticos do planeta. Um dos principais motivos é que só agora estamos despertando para esta realidade.

O turismo é hoje uma das maiores fontes de emprego e renda. Quando realizado de forma correta é um catalisador do desenvolvimento sustentável, dinamiza a economia local agregando renda à população envolvida, preserva e valoriza a cultura da comunidade e contribui para a conservação da natureza.

Por sua vez, a pesca esportiva não só contribui para o desenvolvimento socioeconômico de regiões que dependem do turismo, mas atinge direta ou indiretamente outros segmentos. Os fabricantes de equipamentos e barcos, o setor hoteleiro, os bares e restaurantes, as companhias aéreas e de viagem e os guias turísticos são beneficiados com os investimentos na área.

A atividade também colabora para a conservação dos recursos ambientais pois envolve a preservação de espécies, a substituição da renda proveniente da pesca predatória e os pescadores se tornam aliados dos ambientalistas na tarefa da preservação ambiental ao mesmo tempo em que se promove um desenvolvimento sustentável beneficiando um número maior de pessoas.

O principal objetivo é verificar a importância do turismo e da pesca esportiva no Brasil, nos estados de São Paulo, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e no mundo, em especial nos Estados Unidos e de que maneira eles podem ser incrementados ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sustentável das comunidades que os exploram como atividade econômica.

A principal intenção é a de traçar um panorama do turismo, origem, tipos, classificação e sua contribuição para os aspectos socioeconômicos e culturais das sociedades. Isso será feito no primeiro capítulo.

A pesca esportiva que cada dia ganha mais adeptos no Brasil e no mundo será enfocada no segundo capítulo.

E, no terceiro capítulo será abordada a relação do turismo e desenvolvimento sustentável.

Especialmente num mundo dominado pela globalização, e também ameaçado por ela, no que diz respeito à preservação ambiental, torna-se interessante, portanto, verificar de que maneira o turismo pode manter o nível de crescimento aliado ao respeito aos recursos naturais.

CAPÍTULO 1

1 TURISMO

1.1 Abordagem Conceitual

Segundo Azevedo e Azevedo (2004) o interesse crescente dos estudiosos por essa temática revela sua importância como fenômeno social, principalmente no momento atual, caracterizado por mudanças paradigmáticas nos contextos das relações humanas, onde os processos de desenvolvimento técnico – científico impõem o seu rigor.

De acordo com os autores, uma das conceituações mais antiga remonta ao ano de 1911.

Von Schullard (*apud* OLIVEIRA, 1998, p. 33) conceituou o turismo como sendo:

a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.

Já para Hunziker e Krapf (*apud* OLIVEIRA, 1998, p. 33) turismo:

É a soma dos fenômenos das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória.

Entre outras definições turismo é considerado como o movimento de pessoas, é um fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, apesar de que esta última pode ser a razão de tal movimento, o turismo transcende as esferas das meras relações da balança comercial.

Nos últimos séculos, a tendência da humanidade é se concentrar nos grandes núcleos urbanos, e, assim, criou-se a necessidade de se afastar por um certo período da neurose urbana, a procura de uma "fuga" do cotidiano caótico das cidades em busca de uma paisagem paradisíaca onde a preocupação maior é com o "nada".

Embora não haja uma definição única do que seja Turismo, as Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo, o definem como

As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.

Quanto ao termo turista, segundo Azevedo e Azevedo (2004, p. 1) a primeira conceituação foi elaborada, em 1936, pelo Comitê de Peritos em Estatística da Liga das Nações e considerava principalmente as atividades realizadas pelos turistas de maneira muito genérica e elástica. “Assim, a duração da estada do turista inferior a 24 horas, por exemplo, era admitida como atividade praticada por turista”.

Porém, segundo Andrade (1998) como esta classificação visava mais atender a necessidade de padronização exigida pelos membros das ligas e foi elaborada numa época que existia carência de dados para classificar o termo turista, o próprio conselho tornou mais rígidas as características de classificação do termo turista, excluindo dessa categoria, as pessoas que exerciam atividades profissionais em países onde também residiam, os estudantes que residiam em pensionatos ou escola fora de seu local de origem, as pessoas que viviam em áreas fronteiriças e as pessoas cujas atividades eram muito itinerantes.

O autor, com base em estudos, assim define o termo turista

Turista é toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de um Estado contratante diverso daquele em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração” (ANDRADE, 1998, p. 42).

E, turista também pode ser conceituado como um visitante temporário que permanece no local visitado mais de vinte e quatro horas.

1.2 Origem e Evolução

Mesquita et al (2005) falam que o homem pratica e vem praticando o turismo, talvez desde o início de sua existência, quando buscava lugares diferentes a fim de encontrar alimentos e impor domínios territoriais. A busca, ou seja, a curiosidade pelo novo é fato histórico na humanidade, porém atualmente esta busca por lugares

diferentes vem alicerçada em nossos padrões capitalista, onde o aumento do tempo livre com as leis trabalhistas fazem com que uma parcela considerável das divisas se direcionam para o lazer. Tornando então uma fonte de lucros para a economia mundial, pois é fato nítido que a sociedade está buscando ocupar o tempo ocioso com atividades de lazer, entre elas os deslocamentos de suas residências e locais de rotina, com finalidade de descanso, praticando assim o turismo.

O Turismo propriamente dito nasce no Século XIX como deslocamento cuja finalidade principal é o ócio, descanso, cultura, saúde, negócios ou relações familiares. Estes deslocamentos se distinguem por sua finalidade dos outros tipos de viagens motivados por guerras, movimentos migratórios, conquistas, comércio, etc. Não obstante o turismo tem antecedentes históricos claros. (TURISMO..., 2005, p.1)

Na Idade Antiga, na Grécia o turismo estava relacionado às viagens realizadas com a finalidade de assistir às Olimpíadas que ocorriam em cada quatro anos na cidade de Olímpia e também à religião com as peregrinações religiosas, como as que se dirigiam aos Oráculos de Delfos e o Oráculo de Dódona.

Durante o Império Romano os romanos freqüentavam águas termais, eram assíduos em grandes espetáculos, como os teatros, e realizavam deslocamentos habituais para a costa.

Durante a Idade Média o turismo esteve associado principalmente as peregrinações religiosas, como as famosas as expedições desde Veneza a Terra Santa e as peregrinações pelo Caminho de Santiago criando assim mapas e todo o tipo de serviço para os viajantes.

Na Idade Moderna aparecem os primeiros alojamentos com o nome de hotel, palavra francesa que designava os palácios urbanos. As viagens das grandes personalidades acompanhadas de seu séquito, comitivas cada vez mais numerosas, dão início à criação de novas edificações hoteleiras para abrigar todos com conforto e comodidade.

Por volta de 1.500, época das grandes expedições marítimas de espanhóis, cresce o interesse por grandes viagens.

Ao final do século XVI surge o costume de mandar os jovens aristocratas ingleses para fazerem um *gran-tour* ao final de seus estudos, com a finalidade de complementar sua formação e adquirir certas experiências. Como era uma viagem de larga duração, entre três e cinco anos por distintos países europeus, desta atividade nascem as palavras turismo e turista, entre outras relacionadas ao tema.

Com a Revolução Industrial se consolida a burguesia que volta a dispor de recursos econômicos e tempo livre para viajar. A máquina a vapor promove uma revolução nos transportes, possibilitando o advento do trem a vapor que percorria percorrem com rapidez grandes distâncias. Com isso o turismo ganha novo incremento.

A Inglaterra foi o primeiro país a oferecer passagens de travessias transoceânicas e dominava o mercado marítimo na segunda metade do século XIX, o que favorecerá as correntes migratórias européias para a América. Era o grande momento dos transportes marítimos e das companhias navais. (TURISMO..., 2005, p.2-3)

Também começa a surgir na Europa o turismo de montanha ou saúde, com a construção de sanatórios e clínicas privadas européias, e também chamam a atenção dos turistas as praias.

Em 1841 Thomas Cook promove a primeira viagem organizada da história. Apesar de não ter obtido o sucesso comercial esperado, ficou marcada como sendo o primeiro pacote turístico, quando então se constatou a enorme possibilidade econômica que, este negócio, poderia chegar a ter como atividade. (TURISMO..., 2005)

Em 1851, o mesmo Thomas Cook cria a primeira Agência de Viagens do mundo “*Thomas Cook and son*”.

Em 1867 inventa o *voucher*, documento que permitia a utilização em hotéis de certos serviços contratados e propagados através de uma agência de viagens.

Henry Wells e William Fargo criam à agência de viagem *American Express* que inicialmente se dedica ao transporte de mercadorias e que posteriormente se converte em uma das maiores agências do mundo. Introduzindo o sistema de financiamento e emissão de cheques de viagem, como por exemplo, o *travel-checki*, dinheiro personalizado feito com papel moeda de uso corrente que protege o viajante de possíveis roubos e perdas.

Cesar Ritz é considerado pai da hotelaria moderna. Desde muito jovem ocupou todos os postos de trabalho possíveis em um hotel até chegar a gerente de um dos maiores hotéis de seu tempo. Melhorou todos os serviços do hotel, criou a figura do *smiller*, introduziu o banheiro nas unidades habitacionais (UHs) criando as suítes, revolucionando a administração. Tanto que converteu os hotéis decadentes nos melhores de Europa. (TURISMO..., 2005, p.3)

Após a Primeira Guerra Mundial com a fabricação em massa de ônibus e carros, o turismo ganha novo incremento. Nesta época as praias e os rios se

convertem em centros de turismo na Europa começando a adquirir grande importância o turismo costeiro.

O avião, utilizado por minorias em longas distâncias, vai se desenvolvendo timidamente para acabar impondo-se sobre as companhias navais.

A crise de 1929 repercute negativamente em todo o setor turístico limitando seu desenvolvimento até aproximadamente 1932.

A Segunda Guerra Mundial paralisa absolutamente o setor em todo o mundo e seus efeitos se estendem até o final da década de 40, quando então ocorre um novo crescimento do setor. De 1950 até meados dos anos de 1970 o turismo internacional cresceu a um ritmo superior ao de toda a sua história. Este desenvolvimento é consequência da nova ordem internacional, a estabilidade social e o desenvolvimento da cultura do ócio no mundo ocidental. Nesta época se começa a legislar sobre o setor.

A recuperação econômica, especialmente da Alemanha e do Japão, foi uma assombrosa elevação dos níveis de renda destes países e fazendo surgir uma classe média estável que começa a interessar-se por viagens.

Entretanto com a recuperação elevando o nível de vida de setores mais importantes da população dos países ocidentais, surge a chamada sociedade do bem-estar que uma vez com as suas necessidades básicas atendidas passa a buscar o atendimento de novas necessidades. Aparece neste momento a formação educacional e o interesse por viajar e conhecer outras culturas.

Países como a Inglaterra que adotaram a semana de cinco dias de trabalho, ampliaram o amparo ao trabalhador, potencializaram muito medida o desenvolvimento do ócio e, em consequência, do turismo.

Também estes são os anos em que se desenvolvem os grandes núcleos urbanos e se evidencia a massificação, surge também o desejo de evasão, escapar da rotina das cidades e descansar as mentes da pressão.

Nestes anos também se desenvolve a produção de carros em série o que permite acesso cada vez maior a população deste bem, assim com a construção de mais estradas, permite-se um maior fluxo de viajantes.

Nesta vertente as companhias navais se adequam e são cada vez mais comuns os cruzeiros marítimos.

Todos estes fatores nos levam a era da standardização padronizando os produtos turísticos. Os grandes operadores turísticos lançam ao mercado milhões de

pacotes turísticos idênticos. Com isso o turismo torna-se acessível a um número cada vez maior de pessoas e se populariza.

Do início dos anos de 1970 até por volta de 1978, no entanto, o setor experimenta um período de retrocesso, devido à crise energética e a conseqüente inflação, especialmente sentida no setor dos transportes. “Esta recessão implica em uma redução da capacidade de abaixar os custos e preços para propor uma massificação da oferta e da demanda” (TURISMO..., 2000, p. 5).

Nos anos de 1980 como o nível de vida voltando a elevar-se, o turismo se converteu no motor econômico de muitos países. “Esta aceleração do desenvolvimento ocorre devido à melhoria dos transportes com novos e melhores aviões da Boeing e da Airbus, trens de alta velocidade e a consolidação dos novos charter” (TURISMO..., 2000, p. 5).

Nestes anos se produz uma internacionalização muito marcante das grandes empresas hoteleiras e das operadoras. Buscam novas formas de utilização do tempo livre com a criação de parques temáticos, *resorts*, etc., aplicando, ainda mais técnicas de marketing, pois o turista tem cada vez mais informação e maior experiência, buscando novos produtos e destinos turísticos, o que gera uma forte competição entre eles.

Nos anos de 1990 acontecimentos históricos como queda dos regimes comunistas europeus, a Guerra do Golfo, a unificação Alemanha, a guerra iugoslava, etc., incidem de forma direta na historia do turismo. “Trata-se de uma etapa de amadurecimento do setor que seguiu crescendo, sendo que de uma maneira mais moderada e controlada” (TURISMO..., 2006, p. 5).

Surge então a necessidade de adequar a oferta à demanda de turismo existente, diversificando a oferta de produtos e destinos. Esta percepção da diversificação da demanda surge devido aos novos tipos perfis de turistas que exigiam uma melhor qualidade.

O turismo entra como parte fundamental da agenda política de numerosos países que desenvolvendo políticas públicas focadas na promoção, no planejamento e na sua comercialização como uma peça chave do desenvolvimento econômico. [...] O objetivo de alcançar um desenvolvimento turístico sustentável mediante a captação de novos mercados e a regulação da sazonalidade (TURISMO..., 2006, p. 5).

Ocorre então um barateamento das viagens por via aérea por meio das companhias de baixo custo e a liberação das companhias em muitos países e a feroz competição das mesmas.

1.3 Turismo no Brasil e no Mundo na Atualidade

O Turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil, mais significativamente, o Turismo Ecológico e o Turismo de Aventura e no mundo, movimentando, direta ou indiretamente mais de US\$ 4 trilhões segundo estimativas de 2004 e, criando também, direta ou indiretamente, 170 milhões de postos de trabalho, o que representa 1 de cada 9 empregos criados no mundo (TURISMO..., 2006, p. 6).

Tal ramo é de fundamental importância para o profissionalismo do setor turístico e necessário para a economia do Brasil, país com excelente potencial turístico.

“Após implantação de uma política voltada para o turismo, o Brasil conseguiu atingir um crescimento por volta dos 17,37% entre os anos de 2004 e 2005. Este alto índice deve-se à política de incentivo ao turismo interno e pelo câmbio favorável” (TURISMO..., 2006, p. 6).

O Brasil é conhecido internacionalmente pelas suas exuberantes praias; pelo seu clima diversificado - no norte predomina o calor e à medida que se atinge o sul, o frio se intensifica - assim como por outros atrativos como o Futebol e o Carnaval e a pesca esportiva.

O Brasil como atração turística, além da costa esplendorosa, tem montanhas, parques turísticos, as Cataratas do Iguaçu, o Pantanal mato-grossense, a Chapada dos Guimarães, a Serra do Mar, Florianópolis e todo o litoral catarinense, o Rio de Janeiro, a efervescência de São Paulo... Concluímos que de Norte a Sul são incontáveis as belezas que possuímos, pinceladas do verde, amarelo, azul e branco... frise-se, belezas naturais onde o meio ambiente e a natureza é que ditam as maravilhas que vemos (BETO, 2003, p. 2).

A importância do turismo no contexto internacional tem aumentado ao longo das últimas décadas. Na verdade, ele é uma fonte de divisas para uma localidade sem precedentes de outra atividade econômica. Para ser ter uma idéia, em mais da

metade dos 178 países representados nas Nações Unidas, o turismo é o maior ou segundo maior negócio.

O turismo também é um fator vital para o desenvolvimento de uma localidade no diz respeito ao meio ambiente.

Existe uma relação muito estreita entre o turismo e o meio ambiente, na medida em que uma localidade decide preservar suas áreas naturais, conservar seus monumentos históricos e arqueológicos e suas paisagens como produtos turísticos para conquistar pessoas (MEIRA, *apud* TRIGUEIRO, 2001, p. 5).

Devido à sua crescente importância o Turismo se transformou em um ramo das ciências sociais. Segundo Gastal (2002) antes de ser um fenômeno econômico, o turismo é uma experiência social que envolve pessoas.

Segundo Beto (2003, p. 1) o turismo é hoje uma das maiores fontes de emprego e renda no mundo em que vivemos. “Mundo que aposta na globalização econômica, onde a tecnologia e o desejo de consumo encurtam as distâncias. O futuro chegou e, com ele, o turismo cresceu de importância”.

O turismo tem uma importância enorme também para a empregabilidade, pois é um setor que gera milhares de empregos diretos e indiretos a cada ano, além de fontes de renda.

Como exemplo temos o turismo de negócios, por sua vez, tornou-se uma alternativa para regiões e cidades estrategicamente bem localizadas, na busca pela geração de empregos e fontes de renda. E, também o ecoturismo, outro tipo de turismo, é uma realidade em muitos municípios e também uma alternativa para afastar o problema da sazonalidade e evasão dos turistas das férias.

Além disso, o crescimento do turismo exige dos profissionais uma maior especialização e qualificação para poder atender a demanda. Os profissionais do turismo possuem, hoje, formação acadêmica através dos cursos de Turismo e Hotelaria, e isso além de melhor colocação no mercado de trabalho é benéfico para o próprio turismo e, se reflete de maneira altamente positiva na satisfação do turista.

Assim, como evidencia Canziani (2006, p. 1) é indissociável a idéia do turismo como fonte de emprego e renda para a população. Canziani (2006) também considera que é fundamental o investimento político e econômico neste setor que pode contribuir para minimizar problemas sociais decorrentes do desemprego.

Entre estes investimentos, ressalta ser indispensável a qualificação profissional da mão-de-obra disponível, pois propiciará, além de sua inserção no mercado de trabalho, um desenvolvimento maior do turismo.

A indústria turística tem participação crescente no Produto Interno Bruto, influenciando em diferentes segmentos da economia, através da geração de receitas diversas e desenvolvimento para os municípios.

Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo) gera anualmente cerca de US\$ 4 trilhões, responde por 10% do PIB mundial e emprega 200 milhões de pessoas direta ou indiretamente e segundo o ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia é o maior negócio do mundo e uma forma de “tirar o país do buraco”, tendo um crescimento de 17,5% isto se planejarmos e utilizarmos sustentavelmente nossas potencialidades turísticas naturais, culturais e históricas (MESQUITA *et al.*, 2005, p. 1).

“A expansão de oportunidades de emprego para os brasileiros é uma necessidade e o turismo, certamente, é algo que deve ser explorado e pensado politicamente” (CANZIANI, 2006, p. 2).

Em várias regiões do país, cresce a preocupação em aliar o turismo com a preservação ambiental dos recursos naturais. É o chamado turismo sustentável.

O turismo realizado de forma correta é um catalisador do desenvolvimento sustentável, dinamiza a economia local agregando renda à população envolvida, preserva e valoriza a cultura da comunidade e contribui para a conservação da natureza (TEODORO, 2006, p. 1).

Cada vez mais está se criando uma consciência de que para o desenvolvimento do Turismo de uma região é necessário que os diversos setores - governamental, empresários e sociedade civil estejam preparados e estruturados para realizar atividades e gerir empreendimentos que sejam ambientalmente corretos, socialmente benéficos e economicamente viáveis.

Isso requer a formação e a capacitação das pessoas, o incentivo do Poder Público e de empresas, o envolvimento da sociedade.

Requer ações práticas de cada indivíduo, que ajudem tanto a manter bela a paisagem, seja no recolhimento correto do lixo ou sensibilizando mais pessoas para o cuidado com o meio ambiente. Requer implementação gradativa e participativa de iniciativas, equipamento e infra-estrutura para valorizar os atrativos com potencial para o mercado e o turismo.

Em várias cidades estão sendo implementados projetos neste sentido.

Aliado ao incentivo ao desenvolvimento de regiões com base no turismo, mais recentemente, incluiu-se também a preocupação com o meio ambiente.

Assim, o turismo vem sendo entendido segundo uma nova visão estratégica de desenvolvimento que vem se trabalhando na direção de se buscar todas as potencialidades locais, através de estudos dos fatores internos à região, capazes de transformar um impulso interno de crescimento econômico para toda a sociedade.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (incrementos positivos no produto e na renda) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Na verdade, não se pode pensar em turismo sem pensar necessariamente em desenvolvimento. E, uma das conseqüências do turismo sempre foi o desenvolvimento local, regional e nacional. Em toda a sua evolução, vemos que o turismo está relacionado ao desenvolvimento econômico e sociocultural, determinando-os também em vários aspectos.

De alguns anos para cá, vários tipos de turismo como o turismo ecológico, o turismo rural, o turismo aquático, entre outros, vem sendo desenvolvidos nas mais diversas localidades, aproveitando os recursos naturais como solo, hidrografia e dinâmica climática para desenvolverem atividades diversas que atraem um número cada vez maior de turistas.

Este processo também inclui o planejamento sistemático visando dotar os locais da infra-estrutura necessária para receber os turistas, direcionando os investimentos da melhor maneira para o desenvolvimento local destes municípios, alguns com a economia estagnada e que agora estão vislumbrando um período de prosperidade, melhorando também a qualidade de vida dos moradores locais.

O turismo, portanto, no atual contexto, diferentemente de outros períodos, requer um planejamento turístico, que é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos.

Segundo Mesquita *et al.* (2005) o planejamento tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades ou, então, o desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial.

O planejamento do turismo deve envolver a população local, o governo, as agências de turismo, respeitar a cultura e os recursos naturais da área. Ao iniciar um projeto há necessidade de realizar análise integrada do meio ambiente, da sociedade, da economia, dando enfoques distintos aos diferentes tipos de turismo (ecológico, esportivo, religioso, negócios, aventuras, GLS, pesca, gastronômico, cultural, melhor idade, rural, medicinal etc.). (MESQUITA *et al.*, 2005, p. 2).

Para a autora quando o turismo é planejado, levando-se em conta o meio ambiente (recursos naturais) e a população local ele pode ser um fator na conservação do meio ambiente.

Igualmente importantes são os planejamentos e o desenvolvimento do turismo para conservar a herança cultural de uma região. Sítios arqueológicos e históricos, estilo arquitetônicos, danças, músicas, costumes e valores. Essa herança cultural oferece atrativos para os turistas e podem também ser seletivamente conservados e realçados pelos turistas ou degradados por eles, dependendo de como seja o perfil destes turistas.

“Os dois aspectos do meio ambiente, o natural e o artificial, são essências para o bem estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, incluído o direito a própria vida” (MENDONÇA, 1993, p. 48).

Desta forma, percebe-se a importância do turismo para a vida das pessoas. Como foi ressaltado desde os seus primórdios, a humanidade faz turismo. Com a complexidade crescente das atividades humanas, o turismo também se especializou e surgiram diferentes tipos, como a pesca esportiva que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

2 PESCA ESPORTIVA

Desde o início da humanidade, a pesca vem sendo praticada como uma atividade de subsistência do homem. O instinto de sobrevivência fez com que o ser humano buscasse na natureza alimentos saudáveis e fartos, e por meio da pesca também encontrou o que necessitava.

Métodos e técnicas foram desenvolvidos com o intuito de entender cada vez mais o comportamento dos peixes e facilitar sua captura. Com o passar dos anos, o ser humano foi modificando o seu modo de vida e a sua relação com o meio ambiente.

Com essas mudanças, a pesca assumiu valores diferentes e passou a representar, além de um meio de subsistência, uma importante alternativa de lazer. Daí a ser considerada um esporte e um segmento econômico foi só uma questão de tempo.

2.1 Definição

Podemos dizer que a pesca esportiva é uma evolução da pesca amadora, em uma visão mais simplista. Uma atividade que evoluiu de um simples hobby para uma modalidade de esporte, cujo crescimento é constante e em taxas geométricas.

Ecologicamente correta, a pesca esportiva proporciona momentos de prazer ímpares aos seus praticantes, cada dia mais preocupados com a manutenção do meio ambiente e da preservação das espécies dos peixes, já que sem eles o esporte não pode ser praticado.

Esta enorme preocupação é evidente pelo crescimento da modalidade de pesca chamada de *Catch & Release* que consiste basicamente em pescar e soltar. Nesta modalidade, que proporciona muito prazer ao praticante, uma das principais características é a “briga” pelo peixe, que depois é devolvido ao seu habitat para que não se perturbe o ecossistema do local de pesca.

A pesca esportiva pode ser praticada tanto no mar, em pesca oceânica e no litoral, assim como em águas interiores, nos rios e lagos. Um dos locais onde esta

modalidade é cada vez mais praticada é a Amazônia que possui uma imensa bacia hidrográfica de invejável biodiversidade, habitat natural de mais milhares de espécies de peixes.

Sendo um dos segmentos do ecoturismo, a pesca esportiva faz parte do setor econômico que mais cresce no mundo: o turismo. Com uma expansão de 57% nos últimos 10 anos, movimenta cerca de US\$3,5 milhões anuais e oferece, atualmente, aproximadamente, 300 milhões de empregos, sendo que a perspectiva de crescimento da oferta é da ordem de 10,65% para os próximos anos. Nesse contexto, o ecoturismo, é o segmento que apresenta o maior crescimento, com índices em torno de 20% ao ano (PESCA..., 2006, p. 1).

Nos Estados Unidos, por exemplo, a pesca esportiva corresponde a 20% dos pacotes de turismo operados.

No Brasil, em especial a Amazônia, que tem metade da biodiversidade do planeta, e mais de 3.000 espécies de peixes, é o destino desejado por qualquer praticante da Pesca Esportiva.

Segundo o disposto no art.2º, §2º do Decreto nº 221/67 “pesca esportiva é a que se pratica com linha de mão ou aparelho permitido pela autoridade competente, desde que não importe em atividade comercial” (BRASIL, 1967).

Atualmente há em quase todos os setores uma enorme preocupação com a preservação dos recursos naturais, fruto das recomendações da Agenda 21, mas para alcançá-lo há necessidade de se reestruturar toda a economia e as atividades humanas, entre elas a pesca esportiva, a qual não poderia ficar de fora dessa nova tendência mundial.

A pescaria esportiva, além de ser um salutar prazer ou hobby, é importante como fator de "fuga dos problemas da cidade e do estresse", tendo este esporte crescido muito nas últimas décadas, basta ver os inúmeros programas turísticos de pesca, os "pesque e pague", os programas de televisão, as feiras de pesca e as publicações de revistas neste ramo (SANTOS, 1999, p. 2).

2.2 Legislação

Na legislação brasileira a pesca é regulamentada basicamente pelo Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e posteriores alterações.

No Estado de São Paulo o Decreto nº 31.663, de 05 de julho de 1990, criou o Conselho Estadual da Pesca- CONPESC, com atribuição entre outras de implantar o Plano Estadual da Pesca, observando as políticas agrícola e ambiente.

A Lei 9.605, 13 de fevereiro de 1998, em seus artigos 34 ao 36 por sua vez disciplina os crimes contra o meio ambiente prevendo delitos referentes a pesca. De acordo com o artigo 36.

Pesca é todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e flora (BRASIL, 1998).

Já o Decreto nº 221/67 define pesca como sendo:

(...) todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida, podendo ser efetuada com fins comerciais, desportivos ou científicos (BRASIL, 1967).

2.3 Pesca Esportiva e Incremento ao Turismo

Uma das saídas para incrementar o turismo no país é focar segmentos pouco aproveitados, como a pesca esportiva, por exemplo. Também conhecida como pesque-e-solte, a prática vem crescendo no mundo.

A pesca esportiva encontra um meio natural privilegiado no Brasil que possui rios cercados por florestas, lagos, corredeiras, e mais de 8.000km de litoral, além de manguezais, costões e 100 milhas náuticas para a pesca em mar profundo.

Com a maior rede hidrográfica, com mais de 1.500.000 cursos d'água e a maior diversidade de peixes de água doce do planeta (10% de toda a diversidade de fauna aquática do mundo, cerca de 2.500 espécies), o Brasil tem possibilidade de tornar a pesca esportiva um turismo rentável (LACHIA; GARCIA, 2006, p. 1).

Segundo Katakura (*apud* LACHIA; GARCIA, 2006) em vários lugares do mundo, a pesca transformou-se em uma atividade recreativa que envolve um relevante número de pessoas e altas cifras. Ao contrário de outros países, o Brasil possui uma matéria-prima riquíssima variedade, tanto em mar como em rios. No entanto, a pesca esportiva, aqui está apenas iniciando de maneira um tanto lenta.

Nos Estados Unidos, quase 35 milhões de praticantes da pesca gastam por volta de US\$ 40 bilhões na modalidade por ano. Só o Estado da Flórida movimentou cerca de 9 bilhões/ano - mesmo valor faturado pelo Canadá na atividade. Nossos vizinhos argentinos chegam a US\$ 3 bilhões/ano (KATAKURA, *apud* LACHIA; GARCIA, 2006, p. 1).

Porém, no Brasil, de acordo com o autor, a pesca esportiva é praticamente inexplorada.

Lachia e Garcia (2006, p. 2) falam também que de acordo com a operadora de turismo Interfishing, estima-se que o negócio da pesca em rios gire em torno de R\$ 2 a R\$ 3 bilhões por ano. “Segundo o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), do Ibama, existem cerca de 3 milhões de pescadores esportistas brasileiros. Destes, apenas 200 mil são licenciados”.

Além do Pantanal mato-grossense, que depois da Amazônia é outro destino tradicional dos turistas, em vários Estados estão sendo ampliadas as áreas de pesca esportiva e sido feito um trabalho para que a iniciativa se desenvolva de modo planejado e controlado.

A pesca não só contribui para o desenvolvimento socioeconômico de regiões que dependem do turismo, mas atinge direta ou indiretamente outros segmentos. Os fabricantes de equipamentos e barcos, o setor hoteleiro, os bares e restaurantes, as companhias aéreas e de viagem e os guias turísticos são beneficiados com os investimentos na área” (KATAKURA, *apud* LACHIA; GARCIA, 2006, p. 2).

A pesca esportiva também colabora para a conservação dos recursos ambientais, pois é uma prática sustentável e como tal exige a preservação de rios e espécies e a renda gerada por ela pode substituir aquela proveniente da pesca predatória.

E também a pesca esportiva pode se tornar uma importante fonte de renda de impostos para o país, pois movimenta inúmeros setores de comércio e serviços das regiões em que é implementada, sendo uma importante atividade econômica e social realizada em várias regiões brasileiras, nas modalidades artesanal, esportiva também chamada de amadora e de subsistência.

Em locais como na Amazônia e no Pantanal Mato-grossense, a pesca esportiva, além da captura de peixes oferece aos turistas a possibilidade de ver e observar a vida silvestre.

Com relação ao turismo e a economia segundo Santos (1999) a pesca esportiva pode se tornar enorme fonte de renda para o Estado por meio de impostos.

Nos EUA, por exemplo, este esporte transformou-se em uma indústria com faturamento anual direto em torno de US\$60 bilhões e faz parte do sistema de preservação dos parques naturais através da sua organizadora a Fish and Wildlife Service (SANTOS, 1999, p. 2).

Por sua vez, o turismo ligado à pesca esportiva é outro fator importante, pois esta forma de lazer necessita infra-estrutura hoteleira, o que se traduz em empregos e outras atividades comerciais e industriais paralelas de apoio ou dependentes.

No Chile e na Argentina a pesca esportiva também é muito desenvolvida, principalmente na região dos lagos andinos com destaque para o conhecido lago Nahuel Huapi em Bariloche (Argentina), que atrai milhares de pescadores anualmente, os quais levam muitas divisas à rede hoteleira, aos guias de pesca, ao comércio local e a inúmeras outras atividades agregadas. Também no Canadá este segmento está em franco desenvolvimento (SANTOS, 1999, p. 2).

E, finalmente, a pesca esportiva tem incentivado o desenvolvimento dos chamados “pesqueiros” ou seja, locais especialmente projetados para a prática da pesca esportiva, onde milhares de pessoas podem passar horas de lazer trazendo assim novas formas econômicas.

A aqüicultura, que é a produção de organismos aquáticos para fonte de proteína, também é incentivada pelo desenvolvimento da pesca esportiva em pesqueiros, pois fornece estes os peixes que necessita em seus tanques. Segundo a FAO a produção aqüícola chegou a 28 milhões de toneladas em 1995. E no Brasil esta atividade movimentou R\$200 milhões em 1998, na venda de alevinos.

Para Santos (1999) a pesca esportiva deve ainda ser aproveitada também como uma das atividades de suporte ao desenvolvimento sustentável. “(...) pois está diretamente ligado à necessidade de preservação dos rios, lagos, açudes e represas, das espécies de peixes, inclusive para a sua própria continuidade” (SANTOS, 1999, p. 2).

Por estes motivos deve-se dar atenção e se desenvolver esta importantíssima fonte de prazer e de renda, aperfeiçoando-a principalmente na modalidade *Catch and Release*.

Neste processo as empresas, indústrias e empreendimentos ligados ao setor direta ou indiretamente são importantíssimas e passam a ter com a pesca esportiva novas oportunidades de comercialização e o conseqüente crescimento econômico, formando um filão atrativo de investimentos de caráter nacional e internacional com novas oportunidades e campos de trabalho.

Santos (1999) fala ainda que o agricultor que possui os recursos hídricos necessários a esta atividade poderá ter uma rentável fonte alternativa, ao mesmo tempo em que estará colaborando para o almejado desenvolvimento sustentável.

Não podemos esquecer que o Brasil possui extraordinárias condições para o desenvolvimento da pesca esportiva, pois seus recursos hídricos são dos maiores do mundo, com inúmeros rios com grande potencial pesqueiro, sem contar que seu clima é favorável para a criação de peixes (SANTOS, 1999, p. 3).

Pela sua importância econômica e social, Ribeiro sugere que seja desenvolvida uma política nacional de pesca esportiva que realmente adapte-se ao nosso potencial, ao mercado e aos novos princípios do desenvolvimento sustentável, levando em consideração todos os fatores inter-relacionados ao tema.

Segundo ele, a pesca esportiva deve estar inserida na política nacional de turismo, fazendo parte de sua programação, devendo ainda ser criadas leis específicas regulamentando a pesca esportiva, principalmente nas regiões ainda ricas em peixes como na Amazônia e Pantanal Matogrossense, com a proibição ao pescador esportivo de levar peixes do local de pesca.

Deve-se apenas pescar o que for consumir ali no ato da pesca, pois se levar peixes para casa e congelá-lo estará diminuindo o potencial pesqueiro, assim como estará não incentivando que seus amigos pesquem, já que se podem comer o peixe na casa do “pescador” para que viajar, gastar e perder tempo? Além disso, o próprio pescador estará fazendo “uma reserva” para consumir depois, protelando sua volta ao local de pesca (SANTOS, 1999, p. 3).

A fiscalização específica nesta área deve ser intensificada e a pesca esportiva deve ser inserida no processo de desenvolvimento sustentável nos programas de educação ambiental, assim como o Poder Público deve propiciar as comunidades ribeirinhas a possibilidade da participação nos programas de desenvolvimento da pesca esportiva, incentivando a criação de locais de piscicultura, a formação de guias locais para pescadores amadores, pousadas etc.

Para Santos (1999):

A pesca esportiva, pode e deve ser incentivada para que de forma sustentada possa contribuir para a preservação de nossa riquíssima ictiofauna, bem como produzir benefícios econômicos a milhões de pessoas, além de fornecer um agradável e salutar fator de lazer (SANTOS, 1999, p. 3).

Segundo Freitas e Rivas (2006) na Amazônia o crescimento dessa atividade está diretamente relacionado à presença de grandes exemplares de tucunarés *Cichla sp.* Em rios de águas pretas da bacia.

O comportamento agressivo das espécies desse grupo vem atraindo aficionados pela pesca esportiva de todo o mundo. Atualmente, o principal local de exploração é a região que abrange o médio rio Negro e seus afluentes, com destaque para os rios Jurubaxi, Aracá, Demeni, Cuiuni, Caurés, Paduairi e Unini.

É uma atividade com grande potencial de crescimento e os pacotes vendidos no exterior para um período de sete dias oscilam em torno de US\$ 3 mil durante a temporada, que se estende, em geral, de outubro a março, coincidindo com o nível baixo das águas. A modalidade predominante é a pesca-e-solta (FREITAS; RIVAS, 2006, p. 31).

Porém, segundo os autores, alguns conflitos pelo uso dos recursos pesqueiros surgiram com o crescimento dessa modalidade de pesca.

Em rios de águas pretas, como o Negro, operadores de pesca esportiva estabeleceram uma situação de conflito com pescadores de subsistência, pescadores de espécies ornamentais e, principalmente, pescadores comerciais. O conflito entre os pescadores de subsistência e os de peixes ornamentais, nativos da região, é de menor intensidade e decorre, na maioria das vezes, da sobreposição espacial das atividades.

No entanto, vem sendo minimizado pelo envolvimento dos pescadores nativos em atividades de pesca esportiva, na forma de guias e pilotos de botes. O conflito com os pescadores comerciais é causado pela forma diferenciada que os dois grupos de pescadores compreendem a espécie-alvo, o tucunaré *Cichla sp.*

Os pescadores esportivos vêem um tucunaré de dez quilos como um troféu a ser fotografado e devolvido ao rio, pelo qual estão dispostos a pagar até US\$ 3, mil por um pacote de uma semana. Por outro lado, os pescadores comerciais consideram o mesmo peixe apenas pelo seu valor de venda no mercado consumidor mais próximo, a um preço variável entre R\$ 1,50 e R\$ 2,50 o quilo.

2.4 Pesca Esportiva e o Equilíbrio Ambiental

Todo esporte tem como princípios básicos a competição, o espírito de integração, solidariedade e também a responsabilidade. A Pesca Esportiva não é

diferente. Considerada uma atividade com interação direta com a natureza, tem em seus praticantes desportistas cada vez mais conscientes de seus papéis na conservação do meio onde buscam seus momentos de lazer.

(...) a pesca esportiva nada tem a ver com a matança de peixes. Nela, busca-se a emoção da captura dos peixes brigões, sem que necessariamente seja preciso matá-los, ainda que para consumo. O Pesque e Solte, modalidade internacionalmente conhecida como Catch & Release vem sendo praticada por uma quantidade cada vez maior de pescadores esportivos (PESCA..., 2006, p. 1).

Interessa a todos os pescadores, a manutenção das espécies em seu habitat natural, pois sem elas a pesca não existe. Nessa filosofia reside a razão do pescar e soltar. Somente devolvendo os peixes à água poderemos dar a eles a oportunidade de continuar seu desenvolvimento, procriar e inclusive ser recapturado, seja pelo mesmo ou por outro pescador.

Apesar de simples prática do pesque e solte não solucionar os problemas relativos à preservação da fauna aquática dos locais de pesca, ela pode produzir resultados muito positivos, já que além de emoção ao pescador, a pesca esportiva neste sistema pode proporcionar a devolução dos peixes ao meio ambiente em que vivem, o que indica um equilíbrio benéfico a todos.

Ao contrário do que o homem pensava, os recursos naturais são limitados e a sua exploração irracional tem demonstrado conseqüências sérias para o meio ambiente. Na natureza, a maior parte das espécies que produzem grande número de descendentes, têm baixa taxa de sobrevivência. Isso ocorre também com os peixes que ao se reproduzirem, produzem centenas ou milhares de ovos produzindo assim muitos alevinos. Destes muitas vezes algumas dezenas ou mesmo unidades chegam a se tornar adultos e procriar (PESCA..., 2006, p. 2).

No entanto, para que os peixes soltos tenham a possibilidade da sobrevivência, alguns cuidados são necessários na sua captura e manuseio. Não se pode simplesmente devolver à água um peixe sem chances de vida. É preciso tomar alguns cuidados.

2.5 Pesca Esportiva e os Pesque-Pague

Um pesque-pague (pesqueiro) pode ser definido como um “empreendimento comercial de pesca esportiva, realizada em corpo de água artificial e particular,

povoado com peixes oriundos de piscicultura” (VENTURIERI, *apud* SANCHEZ; LOPES, 2006, p. 38).

Pezzato e Scorvo (*apud* SANCHEZ; LOPES, 2006, p. 38) apontam a existência de três sistemas para usufruto desses empreendimentos:

- ✓ o “pesque e pague”, em que o cliente-pescador paga uma taxa menor de ingresso, mas tem a obrigatoriedade de levar todo o peixe que pescar que é cobrado por quilo;
- ✓ o “pague e pesque” em que o cliente/pescador paga somente uma taxa maior de ingresso e leva todo peixe que conseguir pescar; e,
- ✓ o “pesque e solte”, em que o cliente-pescador paga uma taxa de ingresso e pode optar entre devolver ao lago o peixe capturado ou comprá-lo.

Segundo Sanches e Lopes (2006, p. 39) apesar de nos dois primeiros sistemas ser mais fácil para os proprietários controlarem o fluxo de compra de peixes, eles vêm perdendo terreno para o sistema “pesque e solte”, pois este permite ao cliente-pescador controlar melhor os seus gastos, uma vez que não é compulsória a compra de todo o imprevisível produto da pescaria, nem se é obrigado a desembolsar na entrada uma quantia mais elevada. A opção do “pesque e solte” leva o cliente pescador a passar mais tempo desfrutando de seu lazer.

Em contrapartida, ao passar mais tempo no empreendimento, há uma tendência a se fazer acompanhar da família e a consumir mais produtos nos serviços de apoio ao conforto do cliente como lanchonete, loja de suvenires, setor de esportes e jogos etc., serviços que contribuem para a sustentação da lucratividade (CARVALHO FILHO, *apud* SANCHES; LOPES, 2006).

Segundo Kitamura (*apud* SANCHES; LOPES, 2006) o grande desenvolvimento do setor de pesque-pague no Estado de São Paulo ocorreu ao longo da década de 1990.

Uma estimativa atual, feita por associações de aqüicultores, já aponta para um número entre 1.000 e 1.200 empreendimentos. Se comparado ao início em 1992 quando segundo dados o número de pesqueiros chegava a 2.300 temos uma redução considerável. Pezzato e Scorvo (*apud* SANCHES; LOPES, 2006) atribuem este fato deve-se a uma queda decorrente da superestimativa inicial do potencial da atividade, quando o sucesso alcançado pelos pioneiros levou à criação de mais

empreendimentos que o mercado comportava, seguindo-se a isso um inevitável ajuste à demanda real.

No entanto, apesar da queda no setor, segundo Norghetti e Ostrensky (*apud* SANCHES; LOPES, 2006, p. 40) em muitos locais o pesque-pague é reconhecido atualmente como a mola propulsora da piscicultura em razão de seu tamanho significativo e por representar um nicho de escoamento de produção que oferece aos piscicultores preços muito atraentes, constituindo-se principal canal de comercialização de peixes cultivados da Região Sudeste.

Mesmo no estado do Amazonas, tradicional região dedicada a pesca extrativa, os pesqueiros vem aparecendo e impulsionando a piscicultura local. Os peixes, adquiridos de diversas fazendas produtoras no interior dos estados de São Paulo e Paraná, são levados para os empreendimentos em caminhões adaptados para o transporte desses animais vivos (FERREIRA *et al*, *apud* SANCHES; LOPES, 2006, p. 40).

Estes estabelecimentos absorvem de 70% a 90% da produção de peixes. Porém, apesar de absorver a maior parte dos peixes produzidos em piscigranjas e responder por uma expressiva geração intrínseca de empregos, o setor exige um considerável investimento financeiro, a fim de garantir a esse ramo muito particular da cadeia produtiva do pescado rentabilidade como um ponto focal da indústria de lazer.

Como em todo negócio, os dirigentes de pesque-pague devem estar atentos à lucratividade de seus empreendimentos, não apenas pela venda de produtos e serviços, mas também pelo controle do custo operacional, no que se inclui o ajuste do fluxo de entrada (aquisição em piscigranjas) e saída de peixes (aquisição pelos pescadores) dos viveiros (SANCHES; LOPES, 2002, p. 40).

Esse ajuste tem reflexos ainda na manutenção da qualidade da água, diminuindo conseqüentemente, a carga poluente dos efluentes das propriedades.

Segundo Lopes e Sanches (2006) muitos viveiros de pesque-pague estão sobreestocados, ou seja, com densidades de estocagem superiores a 1.200 gramas/m² em sistemas de baixa renovação de água resultando em poluição dos efluentes.

Além disso, de acordo com estudos diversos viveiros na região do noroeste paulista e na região metropolitana de São Paulo estão com parâmetros fora dos padrões da resolução CONAMA 020/86, justamente pela sobre-estocagem dos viveiros.

Por isso Sanches e Lopes (2006) evidenciam a necessidade de uma maior atenção a estes empreendimentos através de políticas que assegurem a sua continuidade e garantam os benefícios que este setor tem gerado no aspecto socioeconômico.

A atual importância dos pesque-pague na geração de emprego e renda no meio rural e o seu potencial futuro como um negócio especializado envolvendo as cadeias produtivas do pescado e do turismo, já estão por justificar a existência de políticas públicas para o setor, bem como o desenvolvimento de pesquisas científicas claramente direcionadas, visando a geração de tecnologias de manejo para as propriedades que garantam rentabilidade e respeito ao ambiente (LOPES; SANCHES, 2006, p. 40).

De acordo com Sanches e Lopes (2006) diante desta nova realidade alterada na frequência de clientes e nas vendas de peixes, o setor de pesque-pague parece já estar se ajustando à atual situação econômica. “Em todas as regiões do Estado de São Paulo vem ocorrendo uma progressiva diminuição no número de novos estabelecimentos implantados, agora em função do elevado capital exigido para a montagem” (VENTURIERI, *apud* SANCHES; LOPES, 2006, p. 40).

Na diminuição do número de empreendimentos de pesque-pague associa-se a falta de rentabilidade dos mesmos, resultante do pouco acesso a informações tecnológicas.

Já em outros locais, os pesques-pague se transformaram em verdadeiros centros de lazer voltados à pesca esportiva.

Firetti e Sales (*apud* SANCHES; LOPES, 2006) consideram que, em médio prazo, o setor se transforme em um nicho especializado para a piscicultura comercial, demandando produtos diferenciados, principalmente em relação ao tamanho e variedade dos peixes.

“Especialização benéfica que resultaria em agregação de valor à produção e melhor remuneração aos fornecedores de peixes” (SANCHES; LOPES, 2006, p. 45).

Segundo Silva (2001) como os mananciais para a pesca são finitos, diminuíram os números de várias espécies importantes. Assim, vem havendo uma pressão cada vez maior para que sejam cumpridas as normas de pesca.

Estas normas que abrangem desde o tamanho dos viveiros, peso e medida dos peixes, temporadas para o defeso até, como em alguns casos, a proteção total às espécies.

Como resultado, os pescadores pescam peixes que, por exigência da lei, devem ser imediatamente devolvidos à água. Outrossim, já se

tornou comum soltar alguns peixes que, mesmo com permissão legal, poderiam ser sacrificados. A filosofia da pesca esportiva vem mudando a ênfase da captura e morte do peixe para a colocação do *tag* (placa de identificação) e soltura (SILVA, 2006, p. 1).

Os benefícios da soltura de peixes vivos são amplamente reconhecidos. Os peixes que são soltos podem sobreviver para serem capturados mais tarde, quando estiverem maiores. Eles também continuam a procriar, melhorando a população da espécie a longo prazo.

Silva (2001) complementa que vários estudos sobre pesca em água doce mostram que a maioria dos peixes sobrevive depois do pesque e solte (*catch & release*).

O número mais modesto de trabalhos sobre as espécies marinhas também mostra que existe um elevado índice de sobrevivência para peixes de água salgada. Mais de 75 por cento de pequenos *snappers* pegos durante os torneios de pesca organizados pelo NSW FISHERIES/Austrália sobreviveram a longo prazo, depois do pesque & solte. A alta incidência de recapturas entre os peixes esportivos marinhos com placas de identificação (*tag*) é outra indicação dos excelentes índices de sobrevivência entre os peixes que foram soltos (SILVA, 2001, p. 1).

Neste sistema, deve-se levar em conta que o local e a severidade do ferimento causado pelo anzol obviamente exercem uma importante influência no que se refere à sobrevivência do peixe.

Os peixes fígados pelas guelras ou pelas entranhas têm menores chances de sobreviver do que aqueles fígados mais superficialmente. Entretanto, mesmo os peixes fígados mais fundo poderão sobreviver se a linha for cortada e o anzol deixado no lugar. Já foi demonstrado que a remoção do anzol reduz dramaticamente as possibilidades de sobrevivência dos peixes (SILVA, 2001, p. 1).

Silva (2001, p. 1) ressalta também que:

O tipo de equipamento usado pelo pescador pode influenciar na sobrevivência do peixe. Muitos estudos mostram que os peixes pegos com iscas artificiais ou moscas artificiais são feridos mais superficialmente no queixo ou na boca e têm maior probabilidade de sobreviver do que os peixes fígados com iscas naturais.

O autor complementa que no sistema de pesque e solte, geralmente, os peixes ficam estressados como resultado da captura e manipulação.

Esse stress afeta a química do seu sangue. E causa um aumento da produção de hormônios relacionados ao stress - um aumento de ácido láctico e uma mudança nas concentrações de hemoglobina,

glicose e sais. O resultado pode ser a morte, na hora ou mais tarde (SILVA, 2001, p. 2).

Silva (2001) explica ainda que a quantidade de stress que um peixe pode tolerar é influenciada por sua condição e pelo ambiente. Por exemplo, alguns peixes de água doce têm menos possibilidades de sobreviver se pescados em água quente do que em água fria.

Como o stress leva tempo para ocorrer e em sendo seus efeitos cumulativos, ele pode ser reduzido se o pescador pegar e soltar o peixe rapidamente, manipulando-o o mínimo possível. Se um equipamento pesado for utilizado pelo pescador, os peixes não ficarão cansados antes de serem embarcados e soltos. Um efeitos mais danosos do stress é a redução da resistência do peixe às doenças infecciosas. Infecções por fungos ou bactérias são certamente causas de muitas mortes depois das solturas. A manipulação rude ou violenta aumentará o dano ao peixe e criará uma chance maior de infecção. Como a pele do peixe é fácil de se machucar, deve ser evitada a todo custo a manipulação que cause ou estimule uma perda de escamas ou que prejudique as células produtoras de muco .

Os peixes pegos em águas profundas sofrem dos mesmos problemas do que aqueles que nadam na superfície. Assim que um peixe é trazido para a superfície da água, os gases dentro dele ficam sujeitos a uma pressão menor e conseqüentemente se expandem. Isto causa um sério sangramento e produz a formação de grandes bolhas de gás no coração, veias, guelras e cérebro. Diferentemente de peixes de superfície, alguns peixes têm o problema adicional da expansão do gás na bexiga natatória. A bexiga natatória é uma bolsa cheia de gás, que permite aos peixes manterem neutro o seu poder de boiar em diferentes níveis da água. Muitos peixes não possuem forma de expelir o gás para fora da bexiga e podem somente remover o excesso de gás através da sua difusão no sangue. Este lento processo de difusão do gás restringe a velocidade pela qual o peixe pode realizar o movimento da água profunda para a de superfície. Assim que o peixe é trazido à superfície pelo pescador, o gás, em rápida expansão na bexiga natatória, comprime os seus órgãos internos e às vezes força as suas entranhas em direção à boca. Ainda que menos prejudicial ao peixe do que os outros efeitos da despressurização, essa super-expansão da bexiga pode geralmente impedir que o peixe retorne às águas profundas, onde os gases podem retornar aos seus volume e

solubilidade originais. Esse peixe certamente vai perecer se for deixado boiando na superfície da água, incapaz de submergir.

A remoção do excesso de gás das bexigas natatórias dos peixes originários de águas profundas pode enormemente aumentar as suas chances de sobrevivência. Isto pode ser feito alfinetando-se a bexiga natatória através do corpo do peixe com uma agulha hipodérmica ou com uma ponta afiada. Esta é uma forma muito eficiente de garantir a sobrevivência da espécie, e geralmente usada quando os peixes estão sendo coletados para programas de reprodução e para destinação a aquários. A bexiga natatória e o peritônio podem resistir à pressão do gás em expansão por apenas um curto período de tempo. Por este motivo, o gás em excesso deve ser removido tão rapidamente quanto possível de modo a impedir a ruptura da bexiga.

O tecido que se expande para fora da boca de um peixe inchado é geralmente proveniente do estômago que foi deslocado pelo gás expandido dentro bexiga natatória. A perfuração desse tecido não solta os gases da bexiga natatória e nem ajuda o peixe a retornar a sua profundidade original.

Portanto, deve haver uma preocupação quanto ao aumento dos índices de sobrevivência dos peixes soltos neste sistema de pesca esportiva. Algumas iniciativas bem sucedidas vêm desenvolvendo habilidades refinadas que os fazem fisgar diferentes tipos de peixes. Da mesma forma, podem ser desenvolvidas habilidades para soltar, com sucesso, os peixes ainda vivos.

Lamentavelmente, conforme afirma Silva (2001) mesmo quando os peixes são soltos com muito cuidado e habilidade, ainda existe risco de sacrificá-los. Dessa forma, é sempre melhor pescar a quantidade certa de peixes, conforme um planejamento prévio.

Silva (2001) conclui que pescar com prazer, é pescar para o futuro.

Através desta modalidade, *Catch and release* ou Pegue e Solte o pescador esportivo aproveita o seu hobby em si, isto é, tem o prazer do ato de pescar, ficando para segundo plano o consumo.

Deste modo, a modalidade do *catch and release* vem crescendo muito principalmente nos Estados Unidos e no Brasil, levando a vantagem de que é atendida a vontade do pescador ao mesmo tempo em que o prejuízo à ictiofauna é mínimo, pois o peixe é logo devolvido à água, na maioria das vezes pouco ferido, havendo pouco custo ecológico.

A pesca esportiva, desta forma, como uma modalidade de turismo recente, assim como o turismo em si pode contribuir muito não somente para a melhoria das economias dos municípios como também para o desenvolvimento sustentável como será visto a seguir.

CAPÍTULO 3

3 TURISMO, PESCA ESPORTIVA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1983, a Assembléia das Nações Unidas encomendou um relatório à comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Sra. Brundtland. Sua equipe era composta de 22 autoridades internacionais - ministros de estado, cientistas e diplomatas.

O relatório desta comissão, publicado em abril de 1987 - "Nosso Futuro Comum", vem difundindo o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou ao uso na linguagem internacional, servindo como eixo central de pesquisas realizadas por organismos multilaterais e mesmo por grandes empresas.

O conceito desenvolvimento sustentável, no informe em questão, tem três vertentes principais:

- ✓ crescimento econômico
- ✓ eqüidade social
- ✓ equilíbrio ecológico

O desenvolvimento sustentável induz um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso.

O relatório de Brundtland define desenvolvimento sustentável como sendo aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades.

Esta definição está centrada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e é criticada por vários autores, que insistem que não se pode pensar nas gerações futuras quando parte da geração atual não atende às suas necessidades básicas.

A sustentabilidade do turismo está entrando na agenda da OMT e dos gestores de destinos e assuntos ligados a sustentabilidade estão começando a ter ressonância na percepção do público. O conceito do Destination Scorecard do National Geographic Traveler (2004), que usa seis indicadores de sustentabilidade para fazer um ranking de 115 destinos conhecidos, teve grande repercussão tanto entre os responsáveis pelos destinos e quanto entre os turistas.

A discussão de sustentabilidade do turismo inclui reconhecer a importância de planejamento em longo prazo e de utilizar indicadores de desempenho que monitoram a valorização econômica, ambiental e sócio-ambiental.

Também se necessita investir em práticas e tecnologias que permitam minimizar impactos.

Os conceitos de ecoturismo e a atenção dada ao segmento foram fundamentais para chamar atenção para a importância de sustentabilidade do crescimento do turismo e responsabilidade na operação de todo tipo de turismo. Turismo sustentável, porém não é um produto, é um conceito interno. O seu poder de marketing só tem valor quando considerado como ingrediente essencial de produtos de turismo de qualidade, que pode ser ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e até turismo de sol e mar.

A pesca e o turismo - duas vocações do Brasil – podem ser potencializadas se trabalhadas conjuntamente, haja vista a dimensão territorial, extensão costeira e hídrica e a diversidade de ictiofauna²⁰ do país. Embora existam relatos da atividade de pesca com intencionalidade de lazer no Brasil desde meados do século XX, somente a partir de 1998 passou a ser trabalhado socialmente como um segmento turístico, com o incentivo do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDPA (executado pelo Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR).

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, assumiu-se o desafio de estruturar esse tipo de turismo, a partir da definição de diretrizes e estratégias de desenvolvimento. Para tanto, foi estabelecida parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, além de intensa e solidificada atuação conjunta com o PNDPA/IBAMA e outros colaboradores.

Turismo de pesca é aquela atividade em que o praticante dessa modalidade preocupa-se em usar seu tempo livre com a pesca, de maneira a só ter o prazer da pesca, o esporte, devolvendo o peixe fígado à água, em contato com a natureza, espécies diferenciadas de peixes e contato integral com fauna, flora e população local.

E dessa maneira que essa prática vem se desenvolvendo, pois para os amantes da pesca não basta pescar e utilizar dos serviços, mas sim difundir a necessidade da consciência da manutenção desse patrimônio natural. Seja ele de

matas e florestas ciliares, de diversidade de espécimes e no contexto social que se insere. A consciência preservacionista vem junto com o turista-pescador, trazendo renda e muito conhecimento, agregando valor ao município.

No Brasil a pesca predatória tem colaborado para a escassez de muitos espécimes, ou seja, ela feita de maneira desordenada tende à não reposição dos peixes, no que diz respeito a reprodução.

Assim ano após ano muitas equipes de pesca, formadas por empresários, que fretam ônibus, aviões, e seguem em números de 40 a 50 participantes com destino ao Pantanal, Amazônia e até mesmo rios como Paraná, Paraguai, trazendo muito peixe sem intuito de venda, também colaboraram com esse processo de escassez dos peixes. Isso sem mencionar as peixarias que não se deixam em nenhum momento intimidar pela leis de medidas de peixes impostas pelo IBAMA, que fixa uma medida padrão de tamanho para o peixe a ser retirado da água, deixando assim que a fauna atinja a idade adulta e tenha condições de sobrevivência.

Segundo Lachia e Carvalho (2006, p. 1) o turismo brasileiro atraiu mais de 4,7 milhões de estrangeiros no ano passado. “Apesar do número aparentemente expressivo, o país ocupa a 34º posição no ranking do turismo internacional. 2004”.

Na opinião dos autores, uma das saídas para incrementar o turismo no país é focar segmentos pouco aproveitados, como a pesca esportiva, por exemplo, que é ainda pouco explorada.

Já para Katakura (*apud* LACHIA; CARVALHO, 2006, p. 1)

A pesca esportiva é uma prática sustentável e como tal exige a preservação de rios e espécies e a renda gerada por ela pode substituir aquela proveniente da pesca predatória. Os pescadores se tornam aliados dos ambientalistas nessa tarefa.

Para Catella (2003) se a motivação principal dos pescadores esportivos não é a captura de peixes, mas antes a contemplação do ambiente e o prazer da pescaria, as iniciativas devem visar à satisfação do cliente e a manutenção do estoque dos viveiros, assim como o manejo objetivando a preservação ambiental.

“Entretanto, para desenvolver novos produtos turísticos, aprender a atrair e a cativar uma outra clientela será preciso conhecer o perfil e as exigências desse cliente” (CATELLA, 2003, p. 1).

Para tanto, será necessária a reestruturação das relações de produção do setor por meio do estabelecimento de novas parcerias, adequação da infra-estrutura já existente e capacitação e contratação de pessoal.

Além disso, o desenvolvimento sustentável dessas novas atividades requer, não só incentivos, mas um planejamento criterioso considerando, além da capacidade suporte do ambiente, a capacidade social e psicológica das populações locais que vão receber essas atividades (CATELLA, 2003, p. 1).

Segundo Teodoro (2006) o turismo é um fator predominante para o desenvolvimento sustentável de diversas regiões, pois pode gerar benefícios sociais e ambientais ligados à conservação dos recursos naturais e garantir o suprimento de água para as atividades humanas.

O turismo sustentável, junto com outras atividades (artesanato, produção em sistemas agroflorestais, agricultura orgânica, provisão de águas etc.) formam um conjunto muito valioso de oportunidades de geração de renda e trabalho para a população local (TEODORO, 2006, p. 1).

Para Casserati (*apud* Teodoro, 2006) se o turismo não for desenvolvido de forma ambientalmente correta o patrimônio natural pode sofrer efeitos devastadores e em pouco tempo o destino pode perder sua principal atratividade.

Segundo ela, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não é completamente entendido pela sociedade. “A falta de conhecimento e aceitação para a implementação do Turismo Sustentável se faz presente na falta de vontade pública” (CASSERATI, *apud* TEODORO, 2006, p. 1).

Assim, a tendência é do turismo transformar-se na atividade econômica mais importante para a promoção do desenvolvimento sustentável, principalmente em vista do imenso potencial turístico que o País oferece.

Segundo Campos (2001, p. 1) o turismo aliado ao desenvolvimento sustentável deve implicar a sustentabilidade tanto cultural, social, natural e econômica do local onde se vai desenvolver a atividade. “Pois sem um planejamento adequado, às conseqüências serão impactos negativos para a comunidade receptora e para o ecossistema local”.

Na opinião da autora, é preciso que, não apenas os envolvidos com o turismo, como a sociedade e as comunidades locais tenham um conhecimento da necessidade de se conservar a natureza, para poder utilizar todos os recursos de maneira sustentável.

Campos (2001) ressalta que após a publicação do Relatório de Brundtland em 1987, que teve como finalidades fazer um balanço do desenvolvimento econômico em nível mundial, destacar as principais conseqüências sócio-ambientais desse modelo de desenvolvimento, e propor algumas estratégias ambientais de longo prazo visando um desenvolvimento sustentável, o mundo tem buscado novas alternativas de enfatizar o desenvolvimento sustentável, pois tanto sua teoria quanto sua prática ainda estão em processo nas várias áreas do conhecimento.

No Turismo umas das alternativas de desenvolvimento sustentável têm sido buscadas através do ecoturismo.

A pesca amadora ou esportiva é uma das atividades de lazer mais praticadas em todo o mundo, caracterizando-se por milhões de adeptos, geração de emprego e renda e estreito vínculo com o turismo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a pesca esportiva gera diretamente bilhões de dólares por ano.

No caso do Brasil, as condições físicas e biológicas são excelentes para o incremento da pesca esportiva e sua participação ainda maior como fonte para o turismo. Afinal, são cerca de 8.000 km de extensão costeira, uma rede hidrográfica das mais extensas no mundo e uma diversidade de peixes ímpar. Só na Amazônia, estima-se ocorrerem entre 2.500 e 3.000 espécies de peixes e, no Pantanal, o número de espécies de peixes conhecidas chega a 260.

Conforme estimativas da Embratur, a pesca esportiva leva aproximadamente 1.500 turistas estrangeiros por ano à Amazônia. Ao Pantanal, de acordo com dados da Secretaria de Turismo de Mato Grosso do Sul, afluem anualmente, em média, 300 mil turistas, dos quais 270 mil são pescadores.

O pescador amador também pode ser um aliado na proteção ao meio ambiente, uma vez que, da manutenção da qualidade dos ecossistemas aquáticos, depende a continuidade da boa pescaria. Para tanto, é necessário que o mesmo seja corretamente orientado.

Ramos (2004) complementa que nos Estados Unidos, a pesca, caça e outras atividades recreacionais relacionadas à vida selvagem movimentam mais de US\$ 100 bilhões por ano, garantindo milhares de empregos e (re)investimentos maciços na preservação do meio ambiente.

No Brasil, guardadas as devidas proporções, o turismo de pesca esportiva, seja ela litorânea ou de interior, incluindo aí os famosos “pescue e pague”, já representa um importante setor da economia

produtiva, fonte de geração de empregos, renda, impostos e benefícios sociais para diversas regiões (RAMOS, 2004, p. 1).

Na opinião de Ramos (2004) o turismo de pesca tem todas as condições de crescer e de se fortalecer como atividade econômica sustentável. O que é necessário é o respeito as áreas e reservas protegidas e o manejo e o controle das áreas permitidas para a pesca têm que ser rigorosamente implementados.

É muito importante ter regras claras e limitações rígidas quanto ao número máximo e peso mínimo para a captura dos peixes. É perfeitamente possível restabelecer uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza. Todos nós sentimos enorme prazer ao visitarmos uma área preservada e cheia de vida. Mantê-la nessas condições passa a ser uma simples questão de comportamento ético e moral (RAMOS, 2004, p. 1).

Assim, o Turismo de Pesca vem se destacando como opção de desenvolvimento para determinadas regiões, especialmente pela capacidade de promover a conservação dos recursos naturais nos destinos turísticos.

Para tanto, o planejamento e a operacionalização desse segmento devem ocorrer de forma integrada – gestores públicos de turismo, órgãos sociais de meio ambiente, comunidades locais, prestadores de serviços turísticos e vários outros parceiros. A proposta deve contemplar os objetivos da atividade turística de promover o desenvolvimento para beneficiar as comunidades receptoras, incentivar a conservação do ambiente e atender às expectativas do turista pescador (BRASIL, 2004, p. 28).

Para Campos (2006) o turismo sustentável é hoje uma ferramenta importante tanto para o desenvolvimento econômico de uma comunidade como para a preservação de seu patrimônio natural e cultural.

O sucesso do desenvolvimento sustentável reclama um planejamento turístico participativo, onde Poder Público, empresariado e comunidade se unam para buscar, acima de tudo, o bem-estar da população local e a valorização de sua identidade. O turismo cultural, por exemplo, exige uma gestão pública comprometida com a idéia de que a sustentabilidade requer uma comunidade autônoma para tomar decisões sobre como compartilhar seu patrimônio com o turista sem que, com isso, condene sua cultura à espetacularização (CARVALHO, 2006, p. 1).

No entanto, segundo Lima *et al* (2004) quando se fala em turismo e desenvolvimento sustentável, vê-se a necessidade de preocupar-se com a questão ambiental, pois é cada vez maior o número de pessoas que buscam espaços com paisagens e ambientes naturais, seja para interar-se com eles seja para contemplação.

Irving & Azevedo (*apud* LIMA *et al*, 2004, p. 2) ressaltam que:

O turismo é a atividade econômica que apresenta maior perspectiva de crescimento na conjuntura atual, por isso, existe uma preocupação em planejar/propor a exploração do turismo de forma racional, de modo que possa desenvolver com sustentabilidade, ou seja, com o mínimo de impactos à comunidade receptora e o ambiente.

Sendo o turismo um sistema aberto, que se relaciona com o meio ambiente, interage entre seus componentes e influencia a sociedade como um todo, é de suma importância garantir a qualidade de vida e a conservação da natureza; o planejamento e a gestão devem ser realizados em longo prazo. Desta maneira, vê-se que:

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e um novo modelo de implementação de projetos centrado em parceria, co-responsabilidade e participação (IRVING, 2002, p. 17).

Além disso, como enfatizam Lima *et al* (2004) como o turismo é uma atividade que pode ser considerada como um mercado que está em pleno crescimento, sua acessibilidade de consumo às pessoas já é bem grande.

Por se tratar de uma atividade diretamente relacionada com o meio ambiente e por passar por um período de crescimento extraordinário, desperta interesse de estudo e uma preocupação no que diz respeito à utilização e aproveitamento do meio ambiente (LIMA *et al*, 2004, p. 3).

Na relação do turismo com o desenvolvimento sustentável, surge o turismo sustentável que conforme o Acordo de Mohonk pode ser definido como aquele que visa minimizar impactos ecológicos e sócio-culturais, enquanto promove benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores.

Já de acordo com a Organização Municipal do Turismo, um desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assuma-se que leva a um manejo de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos (Organização Mundial de Turismo e PNUMA).

De acordo com Beni (2004) as complexas e muitas vezes conflitantes inter-relações do homem com o meio ambiente passaram a merecer maior atenção a

partir do século, evidenciando a necessidade da atividade humana responsável visando também a preservação do meio ambiente.

No desdobramento dessas inter-relações, está o turismo sustentável. Isso porque, segundo Beni (2004) o Turismo vem se firmando como ciência humana e social. Apesar disso, seus efeitos econômicos são os que habitualmente mais se destacam, esquecendo do aspecto ambiental, socioeconômico e cultural, entre outros.

Portanto, é possível garantir o desenvolvimento sustentável através do turismo. É preciso, apenas que haja um equilíbrio pretendido entre a atividade humana e o desenvolvimento e a proteção do ambiente, exigindo que todos se tornem igualmente responsáveis perante os recursos naturais e a sua utilização.

Segundo Beni (2004, p. 1) a própria palavra sustentabilidade pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o turismo recebeu diversos incentivos ao redor do mundo, pois é uma fonte de riqueza para a economia dos países, atuante na geração de empregos e fontes de renda.

No entanto, para que isso continue acontecendo é preciso que o turismo seja planejado, a fim de aproveitar melhor todos os recursos de cada localidade ou região, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente.

Como a pesca esportiva está associada ao lazer e, conseqüentemente ao turismo, também deve haver uma preocupação ecológica aliada ao desenvolvimento sustentável não somente da atividade, como das comunidades onde ela está implantada.

Diferente da pesca predatória, a pescaria esportiva não visa o consumo do peixe, e, portanto se transforma em uma fonte inesgotável de prazer para quem pesca. Geralmente são pessoas que querem descansar o corpo e a mente, passando alguns momentos agradáveis à beira de rios ou represas. Este esporte cresceu muito nas últimas décadas, justamente porque é uma forma barata de lazer e, porque não dizer, de turismo, já que existem hoje programas turísticos de pesca, os "pesque e pague" ou pesqueiros detêm uma infra-estrutura que atende o pescador e sua família com comodidade e qualidade.

Portanto, a pesca esportiva deve ser aproveitada também como uma das atividades de suporte ao desenvolvimento sustentável, pois está diretamente ligada à necessidade de preservação dos rios, lagos, açudes, represas e das espécies de peixes, inclusive para a sua própria continuidade. Por estes motivos deve-se dar atenção e se desenvolver esta importantíssima fonte de prazer e de renda, aperfeiçoando-a principalmente na modalidade "*catch and release*".

Neste processo, além das empresas e indústrias ligadas ao setor direta ou indiretamente como dito, os proprietários rurais cujas propriedades possuem os requisitos hídricos necessários à esta atividade podem e devem aproveitar a oportunidade deste emergente filão gerador de divisas econômicas, instituindo locais para a prática da pesca esportiva, passando assim a ter uma fonte alternativa importantíssima de renda, ao mesmo tempo em que estará colaborando para o almejado desenvolvimento sustentável.

O turismo, além de inter-relacionado com o desenvolvimento sustentável, mantém uma dependência intrínseca com este, pois sua sobrevivência depende da manutenção dos recursos naturais e culturais.

Da mesma forma, o desenvolvimento sustentável de muitas comunidades pode ser conseguido através do turismo realizado de maneira adequada e equilibrada.

A palavra-chave, portanto, desta relação é equilíbrio.

Como apontam numerosos trabalhos e estudos, a tendência do turismo é de pleno crescimento, especialmente diante das inúmeras facilidades das empresas, do relativo aumento do poder aquisitivo da população e das inúmeras opções existentes hoje no mercado.

No entanto, a exploração do turismo e o conseqüente lucro originado dela não podem ser conseguidos às custas da destruição do meio ambiente. Ao contrário, é possível além da preservação ambiental, dos recursos naturais, conseguir através do turismo o aumento do nível de qualidade das comunidades que dependem dele para sobreviver.

A pesca esportiva, por exemplo, quando praticada com equilíbrio e respeito à fauna aquática, com métodos corretos, proporciona prazer e, ao mesmo tempo, faz movimentar uma indústria de lazer, já que hoje os pescueiros ou pesque-pague se proliferam nas mais diversas regiões do país, especializando e adequando cada vez mais sua estrutura a fim de proporcionar um lazer seguro com comodidade e conforto aos turistas e visitantes.

Podemos, portanto, concluir que o futuro do turismo depende, assim como de outras atividades, de aliar os interesses do setor, a satisfação do cliente/turista ao respeito à natureza e à promoção do desenvolvimento material, cultural e socioeconômico da sociedade.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. Como Certificar o Turismo Sustentável?. Espaço Acadêmico, n. 37, junho 2004, ano IV

BETO, Antenor Roberto Pedroso. **A Importância do Marketing de Serviços no Turismo**. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/marketing.html>> Acesso em: 26 nov.2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Diário Oficial da União de 28 fev.1967. Brasília: 1967.

BRASIL, Lei nº 9.605 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 13 fev. 1998. Brasília: 1998.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Segmentação do Turismo – Marcos Referenciais**. Brasília: 2004

CANZIANI, Alex. **A importância do Turismo para a empregabilidade**. Disponível em <<http://www.roteirobrasil.jor.br/index.php?codgrupo=14&codigo=5278>> Acesso em: 26 nov.2006.

CARVALHO, Cinthia Paula Andrade de. Planejamento Estratégico e Turismo Cultural. Disponível em <<http://www.uesc.br/icer/artigos/cinthiaturismo.htm>> Acesso em 25 nov.2006.

CATELLA, Agostinho Carlos. **Reflexões Sobre a Pesca Esportiva no Pantanal Sul: Crise e Perspectivas**. Disponível em <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>> Acesso em: 26 nov. 2006.

DUTRA, Vagner Andrade Vieira. **Turismo é**. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>> Acesso em: 17 jun.2007.

FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental. Ciência e Cultura**. Set 2006, vol.58, no.3, p. 30-32.

GASTAL, Susana. **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

LACHIA, Adriana; CARVALHO, Ligia Carvalho. **Turismo, Pesca Esportiva e Economia**. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/negocios/pesca.htm>> Acesso em: 26 nov.2006.

LACHIA, Adriana; GARCIA, Alessandra. **A Pesca Fisga o Turismo**. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/negocios/pesca.htm>> Acesso em: 26 nov.2006.

LIMA, César Augusto da Rocha Lima; BELON, Vinícius Paschoal; silv, Edima Aranha. **Turismo e Gestão Ambiental em Três Lagoas – MS**. Disponível em <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_102.htm> Acesso em: 25 nov.2006.
MENDONÇA, Francisco. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Editora Contexto, 1993.

MEIRA, Carlos Trigueiro. **Marketing & Turismo: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade**. 1ª Reimpressão 2001. Rio de Janeiro: QualityMark Editora Ltda.

MESQUITA, Maria Elisabeth Alves; RAISKY, Evelin Evangelista; costa, Cleide Silva da. **Desenvolvimento Regional e Ambiental com Base no Turismo em Goiás**. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/turismogoiás.html>> Acesso em 26. nov. 2006.

PESCA ESPORTIVA. Disponível em <<http://www.pescamazon.com.br/html/pescaesp.htm>> Acesso em: 25 nov.2006.

RAMOS, Jaqueline B. Ecoturismo. Informativo Instituto Aqualung, n.55, Mai/jun. 2004.

TEODORO, Eder Bruno. A Importância do Turismo Sustentável na Região do Vale do Ribeira. Disponível em <<http://www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site>> Acesso em: 26 nov.2006.

SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro dos. **Pesca esportiva**. Disponível em <<http://www.ultimaarcadenoe.com/pescaesportiva.htm>> Acesso em: 26 nov.2006

SWARBROOK, John. **Turismo sustentável conceitos e impacto ambiental**. 2. Edição. São Paulo: Aleph, 2000.